

EDITORIAL

A *Conhecimento Interativo* a partir dessa edição contará com novos editores composto pela Dra. Clarissa Bueno Wandscheer e pelo Dto. Eduardo Oliveira Agostinho, ambos professores da Faculdade Metropolitana de Curitiba – FAMEC. Mesmo com formação jurídica a revista não perderá seu foco na interdisciplinariedade e na busca por discutir questões teóricas e práticas.

Nesta edição *A Conhecimento Interativo* mantém sua proposta de interdisciplinariedade e apresenta uma seleção de trabalhos que envolvem a discussão de estudos de casos e aprofundamentos teóricos. Dentre eles destaca-se o estudo de caso apresentado por Grazielle Coutinho, Mestre Leandro Wiemes, Enrique Depouilly e Daiane Ferrazza sobre a questão da educação ambiental e os resultados positivos obtidos pela empresa ao optar pelo treinamento e conscientização de sua equipe. O outro estudo de caso é de autoria do Mestre em Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos Adriano Augusto de Miranda, que expõe a preocupação com o recurso hídrico por meio da análise de sistema de esgotamento sanitário, destacando a necessidade de medidas preventivas para evitar prejuízo financeiro, ambiental e de saúde pública. Ainda na temática dos estudos de caso tem-se a análise do advogado e Metrandor em Direito Daniel José Pereira de Camargo Salles, sobre o caso da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, discutindo suas implicações econômicas.

Além disso, a *Conhecimento Interativo* selecionou para os leitores temas de aprofundamento teórico jurídico. Dois artigos discorrem sobre tipo e tipicidade, o artigo da Anna Flávia Camilli Oliveira, aborda a questão das sanções administrativas, seus requisitos e limites. Já o artigo do Especialista em Direito Penal e Criminologia Rafael Guedes de Castro, proporciona uma reflexão sobre o efeito das reivindicações populares no processo legislativo, uma vez que ao tentar atender as demandas populares legisladores elaboram leis que dificultam o andamento do processo penal, muitas delas questionadas em sua

constitucionalidade. O exemplo trazido pelo autor é o caso das Leis 9.034/95 e 10.217/01, que visam o combate ao denominado crime organizado.

Discutindo questões constitucionais este volume apresenta os textos da Mestranda em Direito Empresarial e Cidadania pelo Unicuritiba Patrícia Borges Guérios e do Mestre em Direito do Estado pela UFPR Sergio Manuel Fialho Lourinho. O artigo “A busca da minimização das desigualdades através de ações afirmativas” apresenta um breve histórico das ações afirmativas nos Estados Unidos da América e o reflexo na Constituição brasileira a partir da interpretação do princípio da igualdade. E o segundo artigo intitulado “Identidade constitucional, Poder Constituinte e os limites materiais de revisão ou cláusulas pétreas”, apresenta ao leitor o processo de elaboração constitucional e seus mecanismos de controle sob o aspecto teórico e alguns pontos de comparação entre o sistema constitucional brasileiro e português.

Por fim, os artigos da Mestranda em Direito Empresarial e Cidadania pelo Unicuritiba Juliana Cristina Busnardo Augusto de Araujo e pelo Mestrando em Ciências Jurídico-Ambientais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Victor Hugo Domingues, tratam de requisitos para a constituição da pessoa jurídica e sua desconsideração e, proteção ambiental sob o foco da análise econômica do direito, respectivamente. O artigo intitulado “A descondideração da pessoa jurídica – a polêmica sobre a necessidade da prova”, discute as diversas teorias sobre a natureza das pessoas jurídicas, dando destaque ao sistema adotado pelo direito brasileiro. No artigo de Victor Hugo Domingues é possível observar a preocupação ambiental, pois o autor questiona a eficiência da atuação pública na elaboração dos padrões ambientais sob o sistema de comando e controle e defende a necessidade do poder público tomar uma nova postura para a adoção de medidas de proteção ambiental, por meio de incentivos econômicos.

Na sessão resenha o Doutorando em Direito Econômico e Socioambiental pela PUCPR Eduardo Oliveira Agostinho apresenta a obra intitulada “L’ordine

giuridico del mercato”, de Natalino Irti, professor titular de Direito Civil da Universidade de Roma *La Sapienza*. Uma obra importante no estudo do direito econômico, pois o autor desmistifica a relação do direito com a economia, uma vez que defende que estão intimamente interligados.

A *Conhecimento Interativo* agradece à FAMEC, pelo suporte institucional, e a participação de todos os autores que contribuíram para esse número. E renova o convite para que acadêmicos e profissionais contribuam para a discussão teórica e prática de temas que envolvem a academia e as indústrias do Paraná.

Dra. Clarissa Bueno Wandscheer

Dto. Eduardo Oliveira Agostinho